**Projeto de Lei Nº 171/2022**

Dispõe sobre a inviolabilidade da liberdade religiosa como direito fundamental nas entidades religiosas do município de Itapevi, instituída pelo art. 5º, inciso vi da constituição federativa do brasil, no Munícipio de Itapevi.

A Câmara Municipal de Itapevi no uso de suas atribuições aprova:

Art.1º Ficam as entidades religiosas autorizadas a fixar em todas as dependências de entrada, avisos com os seguintes dizeres:

**“Advertimos às autoridades municipais sobre o que diz a Constituição da República Federativa do Brasil:**

**É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.**

**Constituição Federal Art. 5, Inciso VI.”**

**Parágrafo Único.** O aviso mencionado no caput deste diploma deverá ser confeccionado em material durável, para a fixação permanente.

Art.2º As entidades religiosas poderão buscar parcerias ou receber doações para a referida confecção do material.

**Parágrafo Único.** As entidades religiosas também poderão disponibilizar o referido aviso em seus murais, sítios eletrônicos, em notas de rodapés de seus materiais, em eventuais cartilhas distribuídas aos fiéis e em outros meios de comunicação utilizados pela entidade religiosa, voltados à divulgação, as informações constantes no referido aviso acerca da liberdade religiosa como direito fundamental, conforme previsto no art. 5º, VI da Constituição Federal.

Art.3º Fica vedada à administração pública direta e indireta e a qualquer cidadão violar a liberdade religiosa ou censurá-la, nem constranger ou intimidar religiosos no exercício da sua fé, sob pena de multa a ser regulamentada pelo poder Executivo.

Art.4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e estão revogadas as disposições em contrário.

**Justificativa**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), em seu artigo 5º, inciso VI, estabelece a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

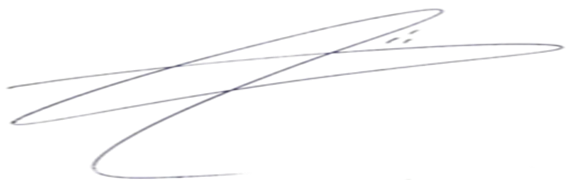
Ocorre que nestes tempos de polarização política apresentam-se grupos de ativistas-políticos que visam diminuir a efetividade da liberdade de crença e doutrinas religiosas e consciência individual, censurando práticas, palestras, catequeses e apostolados no território nacional, de modo a mitigar o referido direito fundamental, principalmente quando há uma contraposição às ideologias estabelecidas.

A proibição da censura é um dos aspectos centrais da liberdade de expressão (art. 5º, IX, da CF/88). Conforme sabido, é natural a inclinação dos regimes autoritários em censurar a difusão de ideias e informações que não convêm com os governantes. Mas, mesmo fora das ditaduras a sociedade muitas vezes reage contraposições que questionem os seus valores mais encarecidos e sedimentados, e daí pode surgir a pretensão das maiorias de silenciar os dissidentes. Como pode-se observar, o constituinte originário foi firme nessa matéria, ao proibir peremptoriamente a censura.

Assim, não há previsão constitucional de que lei possa restringir a liberdade de crença, tratando-se, portanto, de um direito individual sem reserva legal expressa, ao passo que a proteção aos locais de culto, as suas liturgias e divulgação da palavra de Deus, submetem-se ao regime de reserva legal simples.

Diante do exposto, apresentamos para apreciação desta Casa o presente Projeto, na certeza de sua aprovação pelos nobres pares.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 06 de outubro de 2022



**Doutor Lucas Gabriel Correia Silva Martins**

**UNIÃO - BRASIL**